



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**BRASÍLIA, DF
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**BRASÍLIA, DF
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CASC – Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil
CGMA – Coordenação-Geral de Modernização Administrativa
CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública
CGL – Coordenação-Geral de Logística
CGMA – Coordenação Geral de Modernização e Administração
COPLAN – Coordenação-Geral de Planejamento Setorial
CGU – Controladoria-Geral da União
DN – Decisão Normativa
GM – Gabinete do Ministro
IN – Instrução Normativa
MJ – Ministério da Justiça
Port. – Portaria
RG – Relatório de gestão
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SENAD – Secretaria Nacional de Política sobre Drogas
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

- I - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....65*
- II - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito referente ao item 5 da parte b do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....65*
- III - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....65*
- IV - Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, referente ao item 31 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....66*
- V - Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/201066*
- VI - Relação dos Programas de Governo ou dos Fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/201066*
- VII - Demonstrativo do quantitativo de servidores terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/201066*
- VIII - Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/201066*

SUMÁRIO

ORGANOGRAMAS FUNCIONAIS.....	7
INTRODUÇÃO	9
A- CONTEÚDO GERAL	15
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	15
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	15
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	15
2.1.1) Competência institucional.....	15
2.1.2) Objetivos estratégicos	16
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	18
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	18
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	19
Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo.....	20
As informações relativas aos contingenciamentos no exercício, bem como aos eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo, serão apresentadas no relatório da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, que é responsável por consolidar as informações relativas aos programas de governo sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.	20
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	21
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	21
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ	22
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	22
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	22
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	22
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	22
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	23
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	23
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	23
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	23
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	25
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	25
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	26
Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.....	27

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	27
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	27
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação	27
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	27
2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	28
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	28
2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	28
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	28
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	29
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	29
2.4.3) Indicadores Institucionais	29
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	29
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30
5. RECURSOS HUMANOS	30
5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	30
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011 (*).....	31
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	32
Fonte: SIAPE.....	32
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	33
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	34
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	34
5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	35
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	35
5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	35
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12...35	35
6. TRANSFERÊNCIAS	44
6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	44
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	44

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	46
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	46
6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	46
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes	46
6.2.1) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	48
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	48
7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	50
QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV	50
8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS]	50
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	52
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	54
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	54
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	54
13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	56
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	57
16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	58
26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES (ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	60
30. TERMOS DE PARCERIA (PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN Nº 108/10)	63
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	63
ANEXOS	65

ORGANOGRAMAS FUNCIONAIS

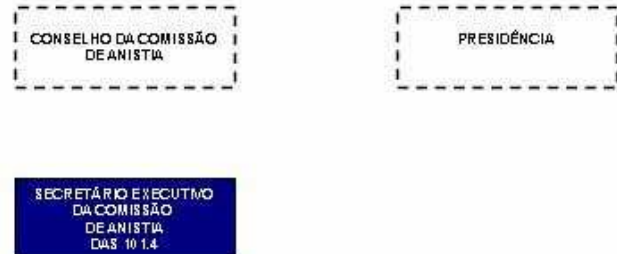
ESTRUTURA DO GABINETE DO MINISTRO - GM (1/1) **(DEC. 6.061, de 15 de março de 2007)**



Fonte: CGMA/MJ

Compete ao Gabinete do Ministro: assistir ao Ministro da Justiça em sua representação política e social, ocupando-se das suas relações públicas, bem como do preparo e despacho do seu expediente pessoal; coordenar as atividades relacionadas ao Congresso Nacional, especialmente no acompanhamento de projetos de interesse do MJ e no atendimento aos requerimentos formulados; coordenar o desenvolvimento de atividades de âmbito internacional, que auxiliem a atuação institucional do Ministério, em articulação com outros órgãos da administração pública; implementar a política de comunicação social desta pasta, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela comunicação da Presidência da República e providenciar a publicação oficial das matérias relacionadas a área de atuação do MJ.

ESTRUTURA DA COMISSÃO DE ANISTIA – CA (1/1)
(DEC. 6.061, de 15 de março de 2007)



Fonte: CGMA/MJ

À Comissão de Anistia, cabe exercer as competências estabelecidas na Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, examinando os requerimentos de anistia e assessorando o Ministro de Estado da Justiça em suas decisões quanto à concessão da condição de anistiado aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição: foram atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, em decorrência de motivação exclusivamente política; aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, assegurando as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

Conta com um Presidente, dois Vice-Presidentes, um Secretário-Executivo, um Assessor e dois Assessores Técnicos. Sua composição é de pelo menos 20 Conselheiros, designados pelo Ministro de Estado da Justiça, sendo um representante do Ministério da Defesa, indicado pelo respectivo Titular, e, por pelo menos, um representante dos anistiados.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa do TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e a Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010.

As informações referentes ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010, o item 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 123/2011.

Os itens 14 da parte A; 2 a 5 da parte B; 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 37 da parte C; quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 4, 10, 11 e 12 da parte A; 31 e 38 da parte C, e os quadros II.C.3 a II.C.5 do anexo II da DN TCU nº 108/2010, apesar de aplicarem à natureza da unidade, não ocorreram no período.

No âmbito das atribuições previstas para a UJ, as principais realizações da gestão no exercício foram:

Gabinete do Ministro

O Gabinete do Ministro, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça, além das atribuições estabelecidas regimentalmente, executa as funções de coordenação da Publicidade de Utilidade Pública e as de apoio institucional à Comissão de Anistia e ao Conselho Nacional de Segurança Pública.

No desempenho de suas atribuições regimentais, o Gabinete do Ministro reavaliou e apresentou propostas de readequação de alguns procedimentos internos e estruturas com o objetivo de aperfeiçoar sua gestão. Os trabalhos foram iniciados com a reformulação da estrutura regimental do Gabinete do Ministro, sem criação de cargos.

Em decorrência deste trabalho, iniciou-se o projeto de estruturação de uma Ouvidoria-Geral, capaz de atender aos cidadãos que utilizam os serviços públicos prestados pelo Ministério da Justiça.

Cabe destacar, ainda, que o Gabinete do Ministro teve papel fundamental no acompanhamento: do Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial MJ/AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, que “dispõe sobre a instauração de procedimento de revisão das portarias em que foi reconhecida a condição de anistiado político e concedidas as consequentes reparações econômicas, em favor das pessoas relacionadas, consoante os respectivos requerimentos de anistia fundamentados em afastamentos motivados pela Portaria nº 1.104-GM3/1964 da Força Aérea Brasileira”; do Grupo de Trabalho do Araguaia; do Grupo de Trabalho do Arquivo Nacional - GTAN, criado pela Portaria Ministerial nº 226, de 04 de março de 2011, com a finalidade de analisar e propor medidas que visem ao aperfeiçoamento da gestão e à reestruturação do Arquivo Nacional, tomando por base a sua transferência, através do Decreto 7.430, de 17 de janeiro de 2011, da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça e as necessidades e expectativas de integração e ajustes.

Com a finalidade de padronizar procedimentos, o Ministro de Estado da Justiça editou a Portaria nº 458, de 12 de abril de 2011, que “disciplina a celebração, o acompanhamento, a

fiscalização e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e termos de parcerias celebrados no âmbito do Ministério da Justiça e de suas entidades vinculadas, e dá outras providências”. Após, em decorrência da edição do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, que “determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras providências”, o Ministro editou a Portaria MJ nº 2.501, de 01 de novembro de 2011, para disciplinar “o procedimento para avaliação da regularidade de execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos [...]”, oportunidade em que criou Comissão Técnica com a finalidade de analisar a regularidade da execução dos instrumentos celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, bem como elaborar parecer técnico para subsidiar decisão do Ministro da Justiça.

Ainda em 2011, priorizou-se a reorganização da Divisão de Documentação do Gabinete do Ministro, revendo seus processos de trabalho e adotando processos mais céleres, eficientes e confiáveis.

Em relação à atribuição legal de dar amplo conhecimento à sociedade das ações e projetos do Ministério da Justiça (MJ), em consonância com as diretrizes de comunicação da Presidência da República, o Gabinete do Ministro, promoveu ao longo de 2011 campanhas publicitárias que visaram disseminar informações sobre assuntos de interesse público, divulgar direitos dos cidadãos e colocar serviços à disposição da população, das quais podemos destacar:

- Campanha do Desarmamento 2011

Com o mote “Tire uma arma do futuro do país”, campanha buscou mobilizar a sociedade brasileira para retirada de circulação do maior número de armas de fogo possível, contribuindo assim para a redução dos índices de violência no país. Ainda em execução na mídia, conta com a veiculação filmes com depoimentos, cartazes, banners, painéis em veículos de transporte público, disseminação de cartilhas informativas e, cabendo destaque, a criação da página da Internet www.entreguesuaarma.com, que, com atualizações constantes, permitiu a abertura de fórum permanente para o compartilhamento das informações acerca do tema.

- Combate a Cartéis

Em parceria com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, a campanha foi lançada como parte das comemorações do dia 8 de outubro, Dia Nacional de Combate a Cartéis, na abertura da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (Enacc), objetivando mostrar o quanto o cartel prejudica os consumidores com a elevação de preços e a restrição da oferta.

- Divulgação da 13ª Semana Nacional sobre Drogas

Em parceria com a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), divulgou a 13ª Semana Nacional sobre Drogas, realizada de 19 a 26 de junho, período em que foram desenvolvidas atividades em todo o País visando à prevenção como o melhor caminho para o enfrentamento ao consumo de substâncias entorpecentes. Cabendo destaque a entrega dos prêmios de concurso nacional, criado pela SENAD, e a série de homenagens às pessoas e instituições que contribuem para a implementação da Política Nacional sobre Drogas.

- Classificação Indicativa

Continuidade de campanha de anos anteriores, que procura alertar a sociedade sobre a influência que as obras audiovisuais podem ter na formação de crianças e informá-los sobre a classificação indicativa como uma forma de selecionar aos programas assistidos.

- Combate à Pirataria

Em apoio às ações permanentes do Conselho Nacional de Combate a Pirataria.

Comissão de Anistia

A Comissão de Anistia foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça (MJ) pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. Muito além da dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal, o MJ, por meio da Comissão de Anistia, tem cumprido a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro, a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade.

Assim, a competência estabelecida no início do mandato da Comissão, o julgamento de requerimentos de anistia política, teve seu escopo ampliado com a criação, a partir de 2007, do projeto do Memorial da Anistia e do eixo de ações educativas e culturais, cujo objetivo é estimular a formulação, gestão e fomento de políticas públicas para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

No ano de 2011, a Comissão de Anistia deu continuidade a suas atividades de julgamento de requerimentos de anistia e de promoção da Justiça de Transição. Até novembro de 2011, a Comissão recepcionou aproximadamente 70.000 mil requerimentos. Cerca de 58 mil processos já foram apreciados, restando, portanto, 12 mil pedidos a serem julgados. Como a legislação não fixa data limite para o protocolo de novos requerimentos perante a Comissão de Anistia, o protocolo do órgão segue permanentemente aberto.

A partir de 2007, a Comissão de Anistia começou a reduzir os valores médios das reparações econômicas concedidas a anistiados políticos, com vistas a adequá-las à média do mercado, portanto, à realidade social brasileira. Nesse sentido, um importante avanço no ano de 2011 foi a redução dos valores de reparações que haviam sido concedidas por outros Ministérios e até então custeados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - já que o direito à reparação estava previsto na Constituição de 1988, mas foi somente em 2001, com a criação da Comissão de Anistia, que essa competência foi centralizada no Ministério da Justiça.

O Conselho da Comissão de Anistia, entendendo que a ele não cabia somente recomendar a ratificação de tais pagamentos, mas também analisar a razoabilidade dos valores, sugeriu ao Ministro reduzir o valor de 129 indenizações concedidas a trabalhadores demitidos entre 1964 e 1988, diminuindo o montante das reparações de R\$ 2,2 milhões mensais para R\$ 297 mil. O impacto global da revisão gerou uma economia de R\$ 23 milhões anuais aos cofres públicos.

Ao longo do ano, a Comissão de Anistia realizou atividades educativas diversas relacionadas à anistia política, tendo participado de eventos de discussão e promoção da Justiça de Transição, e divulgado material, como revistas e livros, que contribuiu significativamente para o debate sobre temas que permeiam a reflexão sobre anistia política. Foi executado, de forma considerável, o orçamento destinado à ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia, em colaboração com a Coordenação-Geral de Logística (CGL) e o Gabinete do Ministro de Estado de Justiça. Outras atividades foram executadas em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado em dezembro de 2008 e da Revisão Substantiva realizada em setembro de 2011, expandindo a vigência do acordo por mais 24 meses, e com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado em junho de 2009, ao qual foi feito um aditivo em setembro de 2011.

Além disso, no primeiro semestre, o órgão dedicou-se a um processo de reestruturação, visando redimensionar sua capacidade de trabalho e aprimorar sua gestão e rotinas de trabalho. Em conjunto com a Coordenação Geral de Modernização e Administração (CGMA), a Comissão de Anistia realizou o mapeamento de processos de todas as suas áreas, elaborou planos de melhorias e indicadores para mensuração dos resultados almejados. Foi realizado também o planejamento administrativo e estratégico do órgão, durante o VI Encontro sobre Estratégias de Divulgação e Preservação da Memória, em que estiveram presentes os Conselheiros da Comissão de Anistia e o seu corpo administrativo, com o objetivo de estabelecer as diretrizes organizacionais do órgão e planejar as principais frentes de ação para o alcance de seus objetivos institucionais.

a) Implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil

O Memorial da Anistia Política do Brasil é um projeto criado, no âmbito do MJ e em parceria com a UFMG e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em maio de 2008, cujo objetivo é construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Em 2011, foi concluído o projeto executivo para a ampliação do prédio de exposições e para a construção de praça de acesso e do prédio administrativo do Memorial de Anistia. Foi elaborado também um aditivo ao Termo de Cooperação Técnica entre a UFMG e o MJ. Além disso, foram realizadas reuniões de acompanhamento e planejamento das atividades de implantação do Memorial com os membros do Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil (CASC), da Comissão de Implantação do Memorial da Anistia e do Comitê Curador.

No ano de 2011, foram repassados à UFMG recursos no valor de R\$ 3.327.267,00 para a elaboração do projeto museográfico. As obras serão iniciadas no ano de 2012 e para tanto, projeta-se repassar o montante de R\$ 7.504.730,00 em capital para a faculdade parceira e, em 2013, R\$ 6.938.734,00, para conclusão das obras do prédio administrativo. Esses recursos são provenientes da Ação 13 FC “Implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil”.

b) Realização de Sessões de Julgamento

No ano de 2011, a Comissão de Anistia apreciou 822 requerimentos de anistia política, entre os quais 724 foram julgados e 108 não foram. Foram realizadas 32 sessões de julgamento, incluindo sessões de Caravanas, turmas e plenário, além de 3 sessões administrativas, nas quais o Conselho da Comissão de Anistia discute os entendimentos referentes aos processos a serem julgados.

Para 2012, estão planejadas 29 sessões de julgamento, entre as quais 14 são sessões de turma, 12 de plenário e 3 administrativas, além de 11 reuniões de grupos de trabalho para discussão de temáticas referentes a grupos de processos, com a expectativa de totalizar um quantitativo de cerca de 2.400 processos julgados.

c) Realização das Caravanas da Anistia e Anistias Culturais

A Comissão de Anistia realizou em 2011, em diversos estados do Brasil, 7 Caravanas da Anistia, sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia, seguidas de atividades educativas e culturais, que compõem uma das ações da política de reparação moral do órgão. A iniciativa visa descentralizar as sessões regulares da Comissão ocorridas ordinariamente na capital federal para localidades nas quais ocorreram os fatos ou, ainda, para grandes eventos de ampla visibilidade pública, estimulando a participação da sociedade civil no processo reparatório brasileiro.

O órgão realizou também 2 Anistias Culturais, sessões especiais de julgamento que têm como objetivo principal a discussão dos temas da Justiça de Transição e de homenagem a determinados grupos perseguidos durante o período da repressão, estimulando o debate sobre a importância da democracia e da reparação, da memória e da verdade nesse processo..

d) Projetos de divulgação das atividades da Comissão de Anistia e Cooperação Internacional

Iniciado em 2008 com objetivo de ampliar e difundir medidas de justiça transicional hoje em desenvolvimento no Brasil, o projeto da Cooperação Internacional da Comissão de Anistia tem por objetivo a ampliação do intercâmbio na área de políticas para tratamento histórico do fenômeno da repressão ditatorial, por intermédio de ações como: fomento a estudos e pesquisas, estruturação de políticas museológicas e produção de atividades para troca de experiências na área da anistia política e direitos humanos.

Após dois anos e meio de execução do Projeto de Cooperação Técnica BRA/08/021 – “Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil”, que tem como objetivo fortalecer capacidades de elaboração e execução de ações da Comissão de Anistia nas áreas de intercâmbio de experiências institucionais para Justiça de Transição e na área de educação, ciência e cultura, constatou-se, em 2011, que os resultados alcançados são de boa qualidade.

Cabe destaque às seguintes atividades:

- a) Reuniões dos projetos **Marcas da Memória, Caminhos da Memória e Pontos de Memória Política;**
- b) Publicação e lançamento da **Revista Anistia Política e Justiça de Transição nº 04**, que passa a ter edições semestrais com textos de especialistas sobre questões relacionadas à justiça de transição.
- c) Participação na instalação do **III Tribunal Internacional para La Aplicación dela Justicia Restaurativa em El Salvador**, de 18 a 26 de março, quando foi discutida a responsabilização dos agentes do Estado que agiram fora da legalidade dentro do regime de exceção pelo qual passou aquele país na década de 1980.
- d) Realização do **Seminário Luso-Brasileiro sobre Repressão e Memória Política**, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com objetivo de estabelecer uma interlocução aprofundada entre as iniciativas de preservação da memória política dos dois países, com participação de Boaventura de Sousa Santos e Tarso Genro.
- e) Realização do **IV Reunião de Grupo de estudos sobre Internacionalização do Direito Justiça de Transição**, no dia 08 de Julho, em Brasília, com apresentação de 15 artigos sobre o tema “Leituras do caso Araguaia”.
- f) **Realização da Semana da Anistia** em todo o Brasil, no período de 22 a 26 de agosto de 2011, com a presença dos Ministros de Estado da Justiça e da Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, entre outras autoridades.
- g) Seminários e reuniões realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional PRODOC BRA 08/021:

- 1.1) 1ª. Reunião do Observatório Latino Americano de Justiça de Transição – ICTJ, fevereiro, em Brasília, DF;
- 1.2) Semana Memória e Justiça , abril, em Recife, PE.
- 1.3) Seminário Internacional “Justiça de Transição – Reparação e Verdade: uma perspectiva comparada Brasil-Espanha”, maio, em Sevilla, Espanha;
- 1.4) Congresso Internacional História, Memória e Justiça – PUC/RS, maio, em Porto Alegre, RS;
- 1.5) 2ª. Reunião do Observatório Latino Americano de Justiça de Transição – ICTJ, maio/junho, em Brasília, DF;
- 1.6) II Seminário Latino-Americano de Justiça de Transição, julho, no STJ, Brasília, DF;
- 1.7) Repressão e Memória Política no Contexto do CONE SUL, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, outubro, em Foz do Iguaçu, PR;
- 1.8) Visita aos locais de memória chilenos – Membros do Comitê Curador do Memorial, novembro no Chile.
- 1.9) Acompanhamento dos trabalhos da Comissão de Anistia, especificamente na exposição “Anistia e Democracia – Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” e o lançamento da pedra fundamental do Monumento da Memória”, novembro, em Macapá, AP;
- 1.10) Oitiva História Oral, novembro, em Belo Horizonte, MG;
- 1.11) Colóquio – Direito à Verdade e Justiça de Transição nos países do Cone Sul, dezembro, em São Paulo, SP.

As principais dificuldades para realização dos objetivos tanto do Gabinete do Ministro, quanto da Comissão de Anistia foram:

- Contingenciamento orçamentário;
- Estrutura regimental de cargos e de recursos humanos bastante insuficientes para o atendimento das demandas do órgão

Os planos e projetos da UJ para o próximo exercício são:

- A continuidade das campanhas publicitárias em andamento (Desarmamento, Combate a Pirataria, Classificação Indicativa) e o lançamento da campanha de Combate ao Crack;
- Continuidade da realização das Caravanas da Anistia;
- Continuidade da construção do Memorial da Anistia Política;
- Realização de sessões de julgamento;
- Contratações e parcerias para a difusão da Justiça Transicional no Brasil;
- Execução de planos de ação e implementação de medidas consideradas essenciais para melhoria da gestão do órgão e de seus processos de trabalho.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação				
<i>Poder: Executivo/Função essencial à Justiça</i>				
<i>Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça</i>			<i>Código SIORG: 316</i>	
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
<i>Denominação completa: Gabinete do Ministro</i>				
<i>Denominação abreviada: GM/MIN</i>				
<i>Código SIORG: 317</i>		<i>Código LOA: 30101</i>	<i>Código SIAFI: 200001</i>	
<i>Situação: ativa</i>				
<i>Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal</i>				
<i>Principal Atividade: Justiça</i>			<i>Código CNAE: 8423-0/00</i>	
<i>Telefones/Fax de contato:</i>		<i>(61) 2025 3113</i>	<i>(61) 2025 3022</i>	<i>(61) 2025 3974</i>
<i>E-mail: ministro@mj.gov.br ou chefiadegabinete@mj.gov.br</i>				
<i>Página na Internet: www.mj.gov.br</i>				
<i>Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Justiça, Bloco T, sala 400 700064-900, Brasília, DF</i>				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
<i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i>				
<i>Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, alterado pelo Decreto nº 7.430, de 2011</i>				
<i>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i>				
<i>Portaria nº 1.146, de 10 de julho de 2008, DOU de 11 de julho de 2008 (Regimento Interno)</i>				
<i>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</i>				
<i>Não há</i>				
<i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
<i>Código SIAFI</i>		<i>Nome</i>		
<i>200001</i>		<i>Gabinete do Ministro</i>		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
<i>Código SIAFI</i>		<i>Nome</i>		
<i>00001</i>		<i>Tesouro Nacional</i>		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>		<i>Código SIAFI da Gestão</i>		
<i>200001</i>		<i>00001</i>		

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Gabinete do Ministro da Justiça é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça, além de prestar apoio administrativo às atividades Comissão de Anistia e ao Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), tem as seguintes atribuições estabelecidas regimentalmente:

- Prestar assistência ao Dirigente desta pasta, cuidando de sua representação política e social;
- Ocupar de suas relações públicas, do preparo e despacho de seu expediente pessoal;
- Coordenar as atividades relacionadas ao Congresso Nacional, especialmente no acompanhamento de projetos de interesse do MJ e no atendimento aos requerimentos formulados por parlamentares;

- Coordenar e desenvolver atividades de âmbito internacional na área de atuação institucional do Ministério;
- Implementar, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela comunicação da Presidência da República, a política de comunicação social desta pasta, e na providenciar a publicação oficial das matérias relacionadas a área de atuação do MJ.

À Comissão de Anistia, órgão de assessoria imediata ao Ministro de Estado de Justiça criado por meio da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, cabe examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção...".

Como destacado, à competência original de analisar processos de anistia política, foi agregada ao órgão a atribuição de estimular a formulação, gestão e fomento de políticas públicas para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito. Essas novas competências, que estão previstas na Portaria nº 203, de 9 de fevereiro de 2010, que implementa o Memorial da Anistia Política no âmbito da Comissão de Anistia, são detalhadas abaixo:

- I - servir como espaço público de reparação moral e coletiva aos perseguidos políticos entre 1946 e 1988 nos termos da lei 10.559/02;
- II - preservar a memória política brasileira visando valorizar a democracia, os direitos humanos e as liberdades públicas por meio de um espaço público de exposições;
- III - preservar a memória do processo de reparação no Brasil realizado pela Comissão de Anistia;
- IV - organizar e tratar o acervo de requerimentos da Comissão de Anistia para a implantação de um centro de documentação, com vistas ao acesso público dos documentos acumulados;
- V - garantir o direito de acesso a informações públicas sobre fatos históricos constantes do acervo documental da Comissão de Anistia;
- VI - gerar e difundir pesquisas e conhecimentos sobre processos de transição dos regimes autoritários, consolidação da democracia e garantia dos direitos humanos;
- VII - apoiar iniciativas da sociedade civil relacionadas aos objetivos do Memorial;
- VIII - realizar ações educativas para semear a consciência em relação aos crimes contra os direitos humanos visando a sua não repetição;
- IX - integrar a rede internacional de museus e monumentos de memória histórica;
- X - atuar em parceria com entidades públicas e privadas que atuem na temática da anistia e da justiça de transição;
- XI - realizar eventos nacionais e internacionais com objetivo de fomentar o debate público sobre a anistia e a justiça de transição no Brasil.

Como visto, o MJ, por meio da Comissão de Anistia, tem cumprido a missão constitucional de aprofundar o processo juritransicional brasileiro. O Ministério, a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade, tem ampliado a dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito à reparação econômica de forma a agregar também a dimensão coletiva e moral da reparação.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Visando viabilizar sua missão institucional, o Gabinete do Ministro executou no decorrer de 2011

despesas com concessões de suprimentos de fundos e o pagamento de diárias e passagens a servidores e colaboradores do Gabinete do Ministro, da Comissão de Anistia e do CONASP, utilizando-se dos seguintes Programas e Ações:

- 0750 – Apoio Administrativo, Ação 2000 – Manutenção da Unidade, executando despesas nos Planos Internos – PI 101DP, 101CONASP e 1104DP, de manutenção das Unidades Gabinete, CONASP e Comissão de Anistia, respectivamente.
- 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área de Justiça, Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia, executando despesas no PI 110A.

Objetivando coordenar e desenvolver a política de comunicação social do Ministério da Justiça, o GM, com supervisão da Assessoria de Comunicação Social no âmbito da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, no âmbito do Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área de Justiça, desenvolveu campanhas publicitárias de grande repercussão na sociedade brasileira, cabendo esclarecer que embora a Ação esteja alocada nesta Unidade, sua execução encontra-se sob responsabilidade da UG 200005, da Coordenação Geral de Logística (CGL) do Ministério da Justiça.

No que se concerne à Comissão de Anistia, esta contribuiu para a realização do objetivo estratégico do Ministério da Justiça de “Garantir e Promover o Direito à Reparação, à Memória e à Verdade”, contribuindo, portanto, para a “Promoção da Cidadania e da Justiça” e para o resultado institucional de “Fortalecer os Direitos e a Cidadania no Âmbito das Relações Econômicas e Sociais”, contribuindo, portanto, para a promoção da Justiça e Cidadania para a sociedade brasileira. Os projetos prioritários da Comissão de Anistia definidos neste ano foram os seguintes:

I - “Educação para a Democracia e Direitos Humanos”: O objetivo desse projeto é apoiar e desenvolver ações educativas, incluindo a produção de material didático-pedagógico sobre graves violações de direitos humanos ocorridas no período de repressão política no Brasil, segundo artigo 8º do ADCT, e temas relacionados à democracia e justiça de transição.

II - “Marcas da Memória”: O projeto tem como objetivo difundir e promover a justiça de transição, reparação, memória e verdade.

III - “Memorial da Anistia Política no Brasil”: Esse projeto tem como objetivo criar um espaço vivo sobre a anistia política no Brasil, para o resgate da importância da luta pela democracia no país.

Além desses objetivos estratégicos no âmbito mais abrangente do Ministério da Justiça como um todo, a Comissão possui a missão institucional de “ser instrumento legítimo que contribui para a consolidação da Anistia Política, da Democracia e dos Direitos Humanos, por meio dos mecanismos da Justiça de Transição: REPARAÇÃO, MEMÓRIA, VERDADE e JUSTIÇA”. Para o alcance dessa missão, foram traçados os seguintes objetivos estratégicos:

- I – Aprimorar a política de comunicação da Comissão de Anistia para entendimento e valorização da sua “missão” política/institucional;
- II – Julgar com celeridade aprimorando a qualidade;
- III – Obter reconhecimento institucional;
- IV – Contribuir para o reconhecimento da anistia política como dever de Estado;
- V – Construir a base de conhecimento da Comissão de Anistia;
- VI – Apoiar a Comissão da Verdade;
- VII – Reforçar a coesão de toda a equipe para enfrentar os desafios;
- VIII – Envolver a juventude;
- IX – Conquistar melhores condições de trabalho: estrutura e recursos humanos.

Para o ano de 2011, foram priorizados os objetivos II, V e VII, por meio do planejamento dos processos a serem julgados em 2011 e 2012, do início do processo de digitalização do acervo da Comissão de Anistia e do trabalho de mapeamento de processos, implementação de planos de melhorias e criação de indicadores para mensuração dos resultados pretendidos. Além dessas atividades, outras relacionadas à promoção da Justiça de Transição também foram realizadas, conforme destacado na Introdução desse relatório.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

A despeito do Gabinete do Ministro não ter um plano estratégico formalizado, são realizadas reuniões permanentes com as diversas áreas, visando uns planejamentos internos das prioridades, promovendo ao longo do ano o seu acompanhamento e ajustes conforme as realidades orçamentárias e as flutuações dos recursos humanos.

Quanto à Comissão de Anistia executou ações referentes aos projetos prioritários do Ministério da Justiça e priorizou objetivos estratégicos traçados em seu planejamento estratégico. O andamento dos planos – o plano definido no macrocontexto do Ministério da Justiça e aquele definido internamente pelo órgão – foi considerado satisfatório, já que diversas ações foram executadas e que outros objetivos estratégicos serão priorizados em 2012.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

No que concerne à consecução das ações do Gabinete do Ministro viabilizou-se a realização, com êxito: de adequações administrativas para melhoria de sua gestão; de reuniões ordinárias e extraordinárias do CONASP; dos eventos programados pela Comissão de Anistia; assim como das campanhas publicitárias desenvolvidas, destacadamente a do Desarmamento, pela sua contribuição direta na redução do número de armas de fogo em circulação.

Relativamente à Comissão de Anistia verificou-se o desenvolvimento de diversas ações contempladas em seu plano de ação, como a realização de sessões de julgamento e de ações para melhoria de sua gestão e processos. Além disso, deu continuidade às Caravanas da Anistia, à Anistia Cultural, às ações referentes à implantação do Memorial da Anistia Política, fortalecendo, ao mesmo tempo, sua política de cooperação internacional, visando à troca de experiências, conhecimento e documentos, estudos e pesquisas sobre a anistia política.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

No intuito de cumprir a sua missão institucional, o Gabinete do Ministro executou no decorrer de 2011 Ações dos Programas: 0750 – Apoio Administrativo e 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área de Justiça, estando as informações relativas ao desempenho dos referidos Programas sob responsabilidade da Secretaria Executiva.

- Programa 0750 – Apoio Administrativo: Ação 2000 – Manutenção da Unidade;
- Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área de Justiça: Ações 4641 – Publicidade de Utilidade Pública e 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia, sendo esta última de responsabilidade da Comissão de Anistia.

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0750					
Denominação	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	Programas de Apoio às Políticas Públicas e áreas específicas					
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.					
Objetivos Específicos	Não se aplica					
Gerente	Não se aplica					
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não há						
Análise do Resultado Alcançado						
Não há						

Fonte: COPLAN/MJ

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0698					
Denominação	<i>Gestão de Apoio Institucional na Área de Justiça</i>					
Tipo do Programa	<i>Programas de Apoio às Políticas Públicas e áreas especiais</i>					
Objetivo Geral	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de justiça</i>					
Objetivos Específicos	<i>Democratizar e aperfeiçoar o acesso à justiça e a cidadania</i>					
Gerente	<i>Luiz Paulo Teles Pereira</i>					
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não há						
Análise do Resultado Alcançado						
Por decorrência da metodologia de formatação do Programa no PPA, os programas destinados a gestão e apoio institucional não dispõem de indicadores. Contudo, as ações previstas no Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional foram executados dentro do cronograma estabelecido pelos Coordenadores de Ação.						

Fonte: SIGPLAN

Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo

As informações relativas aos contingenciamentos no exercício, bem como aos eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo, serão apresentadas no relatório da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, que é responsável por consolidar as informações relativas aos programas de governo sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2012</i>
03	131	0698	4641	A	4	n.a.	n.a	n.a	n.a
14	422	0698	8946	A	4	Material divulg.	60.000	34.585	30.000
14	422	2020	13FC	P	4	Unidade	1	0	34%
14	422	0750	2000	A	4	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: SIGPLAN

Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

- *Cumprimento das metas físicas*

A execução física de 34.585 unidades refere-se aos serviços gráficos realizados pela Comissão de Anistia para divulgação de suas atividades e promoção da Justiça de Transição, como os livros “A Anistia na Era da Reparação”, “68 – a geração que queria mudar o mundo”, Relatórios Anuais da Comissão, “Revista Anistia Política e Justiça de Transição nº 4”, além da produção de certificados, banners e materiais diversos em seminários durante o exercício de 2011.

- *Ações que apresentaram problemas de execução*

O encerramento do contrato firmado com a gráfica Artcor Serviços, empresa responsável pelos serviços de gráfica do Ministério da Justiça, no final de setembro de 2011, impossibilitou a execução das unidades previstas nos dados físicos para os meses de outubro, novembro e dezembro, da Ação 8946, impossibilitando o cumprimento da meta prevista de 60.000 unidades.

- *Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas*

Não houve no período ações que superaram as meta estabelecida.

- *Ações prioritárias na LDO*

A implantação do Memorial da Anistia, localizado em Belo Horizonte, MG, com projeto executivo concluído e previsão para licitação das obras para 2012.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
<i>Ministério da Justiça</i>	<i>30101</i>	<i>200001</i>
<i>Ministério da Justiça</i>	<i>30101</i>	<i>200005</i>

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

<i>Origem dos Créditos Orçamentários</i>		<i>Grupos de Despesas Correntes</i>					
		<i>1 – Pessoal e Encargos Sociais</i>		<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>		<i>3- Outras Despesas Correntes</i>	
		<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>	
		<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>
LOA	<i>Dotação proposta pela UO</i>					20.519.995	17.310.000
	<i>PLOA</i>					20.519.995	17.310.000
	<i>LOA</i>					20.519.995	17.310.000
CRÉDITOS	<i>Suplementares</i>					3.187.157	3.706.725
	<i>Especiais</i>	<i>Abertos</i>					
		<i>Reabertos</i>					
	<i>Extraordinários</i>	<i>Abertos</i>					
		<i>Reabertos</i>					
	<i>Créditos Cancelados</i>						(6.365)
<i>Outras Operações</i>							
Total						23.700.778	21.017.369

Fonte: SIAFI

Totalizando valores do Gabinete do Ministro e Comissão de Anistia

Os Grupos: 1 – Pessoal e Encargos Sociais e 2 – Juros e Encargos da Dívida não se aplicam à natureza da Unidade

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		14.518.286	7.050.000				
	PLOA		14.518.286	7.050.000				
	LOA		14.518.286	7.050.000				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos	100.000					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		(2.923.657)	(2.570.000)					
Outras Operações								
Total		11.594.629	4.545.312					

Fonte: SIAFI

Valores relativos apenas à Comissão de Anistia

Os grupos: 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida não houve ocorrência no período

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		20.519.995	17.310.000	14.518.286	7.050.000		
	PLOA		20.519.995	17.310.000	14.518.286	7.050.000		
	LOA		20.519.995	17.310.000	14.518.286	7.050.000		
CRÉDITOS	Suplementares		3.187.157	3.706.725				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		(6.365)		(2.923.657)	(2.570.000)			
Outras Operações								
Total		23.700.778	21.017.369	11.594.629	4.545.312			

Fonte: SIAFI

O Grupo 9 – Reserva de contingência não se aplica a natureza da Unidade.

Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

Gabinete do Ministro: foram mantidos os valores estabelecidos pela UO, PLOA e LOA, não havendo a necessidade de remanejamentos.

Comissão de Anistia: na PLOA e na LOA, os valores planejados e orçados foram mantidos. No entanto, o Decreto nº 7.445/11, foi estabelecido um contingenciamento no valor de R\$ 9.070.000,00.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

Gabinete do Ministro: sem alterações dignas de nota.

Comissão de Anistia: em setembro de 2011, foi realizada uma alteração orçamentária dentro do limite estabelecido pelo Decreto 7.445/11, transformando recursos de capital em custeio, autorizados na ordem de 20% conforme Lei, para execução junto ao Projeto Marcas da Memória.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200005	03.131.0698.4641.0001	-	-	10.000.000
		200005	14.122.0750.2000.0001	-	-	437.691
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	240005	14.122.0750.2000.0001	-	-	805
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: DEOF/GM e SIAFI

Movimentações realizadas pelo Gabinete do Ministro.

Os Grupos: 1 –Pessoal e Encargos Sociais, 2 – Juros e Encargos da Dívida, não se aplicam à natureza da Unidade e os grupos : 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida não houve ocorrências no período

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200005	14.122.0750.2000.0001	-	-	343.441
		200005	14.422.0698.8946.0001	-	-	73.777
		200005	14.422.0698.8946.0001	-	-	1.392.675
		200005	14.422.0698.8946.0001	-	-	6.418.140
		200005	14.422.0698.8946.0001	-	-	1.118.016
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	153062	14.422.0698.8946.0001	-	-	3.327.267,78
		240005	14.422.0698.8946.0001	-	-	14.818,74
		153062	14.422.0698.8946.0001	-	-	9.319,34
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	153062	14.422.0698.13FC.0001	5.844.482,00	-	-
	Recebidos	153062	14.422.0698.13FC.0001	5.844.482,00	-	-

Fonte: Comissão de Anistia e SIAFI

Movimentações realizadas pela Comissão de Anistia .

Os Grupos: 1 –Pessoal e Encargos Sociais, 2 – Juros e Encargos da Dívida, 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida, não se aplicam a natureza da Unidade

Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa

- justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão

A dotação orçamentária da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, gerida pelo Gabinete do Ministro, foi repassada em sua integralidade, R\$ 10.000.000, para a Coordenação Geral de Logística/MJ, UG 200005, responsável pela execução do contrato de publicidade com a agência DM9DDB.

As movimentações concedidas para a UG 200005, no âmbito da Ação 2000 – Administração da Unidade, destinaram-se a custear despesas com a emissão de passagens aéreas, por ser aquela unidade responsável pela execução dos contratos com a Boeing Turismo e Eurexpress Travel.

Nos meses de outubro e novembro a Comissão de Anistia repassou ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) recursos na ordem de R\$ 14.818,74 para realização de missões internacionais no Reino Unido e Chile. Também foi repassado o valor de R\$ 3.327.267,78 à UFMG, em custeio, para execução dos projetos executivos de Museografia, parte integrante 3º Termo Aditivo do Termo de Cooperação nº 1/2009 para Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil.

- análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício

A execução da Ação de Publicidade de Utilidade Pública representa quase que a totalidade dos recursos geridos pelo GM,

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação (2)	16.293.617,69	12.087.839,91	11.573.034,10	9.785.976,93
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	12.500.000,00	10.000.000,00	8.478.422,37	8.890.521,09
Pregão	3.793.617,69	2.087.839,81	3.094.611,73	895.455,84
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	230.327,06	-	-
Dispensa	-	230.327,06	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	2.375,69	5.549,00	2.375,69	5.549,00
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha (1)	n.a.	n.a.	9.704.973,67	7.416.970,43
Diárias	576.749,00	666.626,00	576.749,00	666.626,00
Outros (2) CGL	3.172.080,59	7.538.715,29	3.172.080,59	7.538.715,29
Comissão de Anistia	4.832.851,00	2.740.511,00	4.832.851,00	2.740.511,00

Fontes: Comissão de Anistia, CGRH, CGL

n.a. – não se aplica

(1) CGRH: Valor referente à força de trabalho alocadas no GM, CA e CJ e executadas pela Secretaria Executiva.

(2) CGL: Por uma questão de metodologia da CGL estão incluídos valores referentes ao Gabinete do Ministro, Comissão de Anistia e Consultoria Jurídica. Os Valores apresentados como “Outros” tratam-se da modalidade “Não se Aplica”

2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa 339039	14.860.964	13.734.430	14.860.964	13.734.430	-	-	14.860.964	13.734.430
2º elemento de despesa 339033	728.985	-	728.985	-	-	-	728.985	-
3º elemento de despesa 339014	294.107	372.018	294.107	372.018	-	-	294.107	372.018
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Incluídos valores do Gabinete do Ministro e da Comissão de Anistia

Grupos: 1 – Despesas de Pessoal e 2 – Juros e Encargos da Dívida não se aplicam à natureza da Unidade

Informações relativas ao Gabinete do Ministro

2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa 449051	5.884.482	204.688	-	204.688	-	-	-	204.688
2º elemento de despesa 449052	-	2.3000.000	-	2.300.000	-	-	-	2.300.000
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Somente Comissão de Anistia

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Após a edição dos limites da PLOA 2011, a Comissão de Anistia providenciou o repasse de R\$ 3.327.267,78, em custeio, e R\$ 5.844.482,00 em capital, para início das obras do Memorial da Anistia Política. No entanto, este último repasse foi devolvido pela UFMG, pois houve atraso na entrega dos elementos do projeto executivo contratado, fator que aliados às especificidades das obras de restauro de construção, contribuiu para que o início das obras fosse reprojetoado para o ano de 2012.

- Contingenciamento no exercício

A Comissão de Anistia teve um contingenciamento correspondente a R\$ 9.070.000,00 em despesas de capital.

- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária

Não há eventos negativos ou positivos a relatar.

- Outras questões relevantes

Não há questões relevantes a relatar.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não ocorreu no período

2.4.3) Indicadores Institucionais

- Indicadores Institucionais desenvolvidos pela UJ

Esta em fase de elaboração o mapeamento dos processos das unidades do Gabinete, o que possibilitará, de forma gradativa, a produção de indicadores institucionais.

- Utilidade

- Mensurabilidade

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Sem ocorrências no período.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores					Valores em R\$ 1,00
<i>Restos a Pagar Processados</i>					
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2011</i>	
2010	443.293,10	1.296,00	293.099,34	148.897,76	
2009	679.884,56	-38.741,61	641.142,95	0,00	
...					
<i>Restos a Pagar não Processados</i>					
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2011</i>	
2010					
2009					
...					
Observações:					

Fonte Comissão de Anistia

4.2) Análise Crítica

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores

Não houve impactos relevantes.

- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro

Necessidade de continuidade dos trabalhos da execução de implementação do Memorial da Anistia.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto

Não ocorreu no período.

- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP

Não há eventos negativos ou positivos a relatar.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Preliminarmente, cabe o registrar que a coordenação e o acompanhamento das atividades de administração, pagamento e desenvolvimento dos servidores em exercício no Gabinete do Ministro - GM é de competência da Coordenação Geral de Recursos Humanos/SPOA/SE.

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011 (*)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	123	175	63	85
1.1 Membros de poder e agentes políticos	1	1	1	1
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4 +1.2.5)	122	174	63	84
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	122	122	47	63
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	Não há	34	6	8
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas - art. 93, inciso I	Não há	15	6	10
1.2.5 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas - art. 93, inciso II	Não há	3	3	3
2 Servidores não ocupante de cargo efetivo no exercício de cargo em comissão (2.1+2.2)	Não há	33	20	20
2.1 Servidor sem vínculo	Não há	31	20	19
2.2 Servidor aposentado	Não há	2	0	1
3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
4 Total de Servidores (1+2+3)	123	208	83	105

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

(*) Foram incluídos no Quadro do GM, os servidores da Comissão de Anistia – CA e os da Consultoria Jurídica – CJ (unidades subordinadas diretamente ao Gabinete).

Com relação ao quadro A.5.1 cabe esclarecer:

1) Lotação Autorizada:

a) Servidor de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): as vagas de cargo efetivo vinculadas ao Quadro de Pessoal do MJ não foram previamente distribuídas em face da necessidade de avaliar o perfil do servidor ingressante versus a necessidade de cada Unidade Administrativa. Cabe ressaltar que o concurso público realizado em 2009 visou o provimento de cargos efetivos para o Núcleo Central do Ministério, em substituição a trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, entretanto nem todas as vagas foram preenchidas, uma vez que houve um grande número de desistências dos candidatos, somadas às vacâncias.

b) Demais situações: o exercício descentralizado, o exercício provisório, a requisição e a nomeação de pessoa não ocupante de cargo efetivo são efetivados de acordo com a legislação pertinente, não havendo a definição de um número específico de pessoas por essas tipologias.

2) Lotação Efetiva:

a) Servidor de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): nesta tipologia foram considerados todos servidores do Quadro de Pessoal do MJ, incluindo 08 (oito) servidores que exercem cargo em comissão e 12 (doze) que exercem função gratificada no GM (incluídas a CJ e a CA).

b) Servidor requisitado de outros órgãos e esferas (itens 1.2.4 e 1.2.5): No item 1.2.5 foram considerados 02 (dois) empregados anistiados em exercício no GM (incluídas a CJ e a CA).

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	30
3.1. De ofício, no interesse da Administração	30
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	35

Fonte: SIAPE

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

Cedidos (item 1 e respectivos subitens): foram computadas as pessoas que saíram do GM (incluídas a CJ e a CA), por meio de cessão ou requisição, no exercício de 2011, sendo: 1 (uma) para exercício de cargo em comissão no MPOG (tipologia 1.1) e 04 (quatro) para os casos previstos em leis específicas (tipologia 1.3), dos quais 01 (um) servidor foi cedido à SDH/PR, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.007/95 e 03 (três) para a FUNAI, na forma da Lei nº 12.269/2010.

Cabe ressaltar que, após a efetivação do ato de cessão/requisição, na forma dos normativos vigentes, a lotação dos servidores passa automaticamente para a CGRH/SPOA/SE. Findo o

afastamento, a unidade de recursos humanos providencia a realocação do servidor, observando a necessidade de força de trabalho em determinada unidade *versus* perfil profissional.

Removidos (item 3 e respectivos subitens): foram computadas as pessoas que saíram do GM (incluídas a CJ e a CA), por meio de remoção.

Considerando que o Ministério da Justiça - Núcleo Central, só tem unidades administrativas no Distrito Federal, as remoções dos servidores ocorrem sem mudança de sede e no interesse da Administração, objetivando a realocação de pessoal *versus* perfil profissional.

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	A autorizada (*)	E fetiva		
1. Cargos em comissão	59	57	36	39
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	8	6	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	12	4	4
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	4	3	7
1.2.4. Sem vínculo	Não há	31	23	22
1.2.5. Aposentados	Não há	2	0	1
2. Funções gratificadas	24	23	17	15
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	12	11	10
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	11	6	5
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	83	80	53	54

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

* Número de cargos comissionados e funções gratificadas aprovado pelo Decreto nº 6.061/2007, e suas alterações.

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que a nomeação e designação de servidores para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada, respectivamente, são realizadas de acordo com o interesse da Administração, na forma da legislação pertinente, observando o número de cargos em comissão e funções gratificadas definido na Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, para a unidade respectiva, não havendo um número pré-estabelecido (lotação autorizada) para cada tipologia.

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	37	31	30	27	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	1	0
1.2. Servidores de Carreira (*)	37	31	30	26	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	19	20	23	17	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (*)	14	13	15	14	1
2.3. Funções gratificadas (*)	5	7	8	3	0
3. Totais (1+2)	56	51	53	44	4

Fonte: *Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)*

(*) Os servidores de Carreira que exercem DAS ou Função Gratificada não foram computados na tipologia 1.2, uma vez que são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

De acordo com o perfil etário dos servidores em exercício no GM (incluídas a CJ e a CA), observa-se que a distribuição de pessoal encontra-se equilibrada: 26,9%, 24,5%, 25,5%, 21,2% e 1,9% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente. Tal fato deve-se, principalmente, à entrada de novos servidores concursados no Gabinete, em substituição aos trabalhadores terceirizados de serviços que executavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, consideradas impróprias.

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	1	33	81	13	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (*)	0	0	0	1	33	80	13	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	1	2	23	40	10	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (*)	0	0	0	1	15	31	6	4	0
2.3. Funções gratificadas (*)	0	0	1	1	8	9	4	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	1	3	56	121	23	4	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: *Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)*

(*) Os servidores de Carreira que exercem DAS ou Função Gratificada não foram computados na tipologia 1.2, uma vez que são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

De acordo com o quadro acima, 58,2%, 11,0% e 1,9% dos servidores do GM (incluídas a CJ e a CA) possuem, respectivamente, “ensino superior”, “aperfeiçoamento, especialização ou pós-graduação” e “mestrado”.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	-	3
1.1 Voluntária	-	2
1.2 Compulsória	-	0
1.3 Invalidez Permanente	-	1
1.4 Outras	-	0
2. Proporcional	-	0
2.1 Voluntária	-	0
2.2 Compulsória	-	0
2.3 Invalidez Permanente	-	0
2.4 Outras	-	0
3. Totais (1+2)	-	3

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

Registre-se que a administração de aposentadorias de servidores públicos civis da Setorial deste Ministério está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

No ano de 2011, houve 03 (três) aposentadorias de servidores lotados no GM (incluídas a CJ e a CA).

Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	0
1.1. Integral	-	0
1.2. Proporcional	-	0
2. Em Atividade	-	0
3. Total (1+2)	-	0

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

Registre-se que a administração de pensões civis de ex-servidores da Setorial deste Ministério está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e

Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

No ano de 2011, não houve instituição de pensão de servidor lotado no GM (incluídas a CJ e a CA).

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes (*)				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	40	35	33	48	291.718,31
1.1 Área Fim	40	35	33	48	291.718,31
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
2. Nível Médio	10	10	13	15	53.109,86
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	10	10	13	15	53.109,86
3. Total (1+2)	50	45	46	63	344.828,17

Fonte: *Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)*

(*) Foram incluídos no Quadro do GM, os estagiários da Comissão de Anistia – CA e os da Consultoria Jurídica – CJ (unidades subordinadas diretamente ao Gabinete).

Os estagiários alocados no GM são administrados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	273.680,35	0,00	26.723,13	0,00	3.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.051,48
	2010	141.237,52	0,00	76.029,30	15.123,88	3.790,00	1.115,00	12.718,98	0,00	0,00	250.014,68
	2009	128.981,16	0,00	10.748,43	0,00	1.943,88	0,00	97,45	0,00	0,00	141.770,92
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	2.133.275,36	414.013,76	1.790.347,38	109.664,67	328.703,41	215.330,94	115.199,97	0,00	165,20	5.106.700,69
	2010	1.912.625,33	441.802,96	1.747.622,73	55.218,31	351.757,00	95.526,18	107.689,10	4.608,87	0,00	4.716.850,48
	2009	1.136.227,40	456.282,96	986.634,65	73.006,50	107.819,50	20.412,09	92.267,09	0,00	0,00	2.872.650,19
Servidores com Contratos Temporários (*)											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	4.934.160,06	0,00	413.099,97	49.594,32	183.597,67	0,00	43.833,32	0,00	0,00	5.624.285,34
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	1.976,36	0,00	937,97	0,00	0,00	290,00	121,72	0,00	0,00	3.326,05
	2010	14.933,14	0,00	11.034,90	0,00	446,01	8.294,15	1.417,39	0,00	0,00	36.125,59
	2009	18.909,96	0,00	16.926,54	1.103,22	0,00	0,00	2.415,15	0,00	0,00	39.354,87
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	224.673,47	2.597.459,31	375.334,24	78.689,69	152.898,13	43.196,09	107.300,65	0,00	0,00	3.579.551,58
	2010	172.273,30	2.825.926,99	372.741,41	72.730,21	182.014,92	18.808,80	44.335,06	525,96	0,00	3.689.356,65
	2009	151.136,44	2.715.795,00	328.280,98	88.706,05	96.302,20	0,00	36.471,70	643,27	0,00	3.417.335,64
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	301.912,50	84.062,31	213.674,45	14.180,00	46.455,00	32.538,83	18.520,78	0,00	0,00	711.343,87
	2010	175.658,41	66.058,61	147.113,79	22.023,48	28.272,00	10.788,82	12.706,62	623,70	0,00	463.245,43
	2009	175.113,22	66.433,52	139.838,63	15.907,38	15.989,92	0,00	13.411,30	0,00	0,00	426.693,97

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) Os contratos temporários vinculados ao Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI (contratação específica para esse fim), eram conduzidos pelo Chefe de Gabinete do Ministro (2009), posteriormente pelo Secretário Adjunto da Secretaria Executiva (2010) e no exercício de 2011, pela Secretária Nacional de Segurança Pública.

A respeito do quadro A.5.9, ressalte-se que o aumento considerável das parcelas “Vencimentos e Vantagens Fixas”, “Retribuições”, “Gratificações” e “Adicionais”, referente à tipologia “Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão”, no ano de 2010, em relação ao ano

anterior, deve-se à entrada de novos servidores concursados no Gabinete.

Já com relação à parcela “indenizações”, os valores são flutuantes, uma vez que foram computados eventos esporádicos, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.

Quanto à parcela “Benefícios Assistenciais e Previdenciários” foram considerados os valores pagos a título de abono de permanência (devido ao servidor de cargo efetivo no momento que preenche os requisitos para aposentadoria, mas opta por continuar em atividade) e de per capita patronal para custeio da saúde suplementar (processada na folha de pagamento, a partir de fevereiro de 2010).

No que se refere à parcela “Demais despesas variáveis”, foram consideradas todas as outras rubricas que não se enquadram nas demais situações, como por exemplo: pagamentos da vantagem administrativa 3,17% aos servidores efetivos (efetuado até o mês de agosto de 2009) e de férias indenizadas, dentre outras.

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

As informações relativas ao item 5.5 constarão do relatório da UJ Secretária Executiva.

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

O indicador gerencial “absenteísmo” utilizado no Núcleo Central do Ministério da Justiça, pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, busca medir as ausências dos servidores, no qual são considerados todos os tipos de afastamentos, inclusive aqueles considerados por lei como de efetivo exercício, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença à gestante, licença casamento, licença falecimento, dentre outras.

Para se obter esse índice é utilizada a fórmula:

ABS: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de dias de ausências}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores} \times \text{n}^\circ \text{ de dias de trabalho}}$, em que:

$\text{n}^\circ \text{ de dias de ausências}$ = quantidade de dias de ausências dos servidores no exercício de 2011.

$\text{n}^\circ \text{ de servidores}$ = quantidade de servidores da Unidade.

$\text{n}^\circ \text{ de dias de trabalho}$ = quantidade de dias no ano.

Ressalte-se, que no item “nº de dias de trabalho” será considerado o número de 365 dias correspondente ao um ano civil (sem excluir os dias não úteis), uma vez que vários afastamentos dos servidores embora tenham incidência em finais de semana ou feriados, são considerados como “efetivo exercício”.

Olhando a realidade do Ministério da Justiça, entendemos que um índice de absenteísmo aceitável seria em torno de 5%, pelos seguintes aspectos:

a) Antes do exercício de 2010, os últimos provimentos para o cargo efetivos se deram da seguinte forma: em 1988, mediante concurso público (processo seletivo para todo o Poder Executivo Federal) promovido pelo extinto Departamento de Administração de Serviço Público - DASP; em 1994, por meio de aproveitamento dos candidatos habilitados nos concursos públicos efetuados pelos Ministérios da Marinha (hoje Comando da Marinha) e do Ministério da Educação; e ano de 1998, para as vagas remanescentes de Técnico de Contabilidade e Técnico em Assuntos Educacionais, o que contribuiu para uma concentração de 24,59% servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ na faixa etária acima de 51 anos (posição 31/12/2011). Naturalmente, essa concentração contribuiu para estipular um índice diferenciado, pois é comum que quando as pessoas vão envelhecendo surjam alguns problemas de saúde.

b) Com o ingresso de novos servidores empossados em cargos efetivos, em virtude de habilitação de concurso público promovido por este Ministério, houve também uma concentração de 56,6% na faixa etária abaixo de 40 anos. No caso do MJ, parte desse grupo são mulheres - 31,9%, que estão em fase reprodutiva, podendo se afastar por licença à gestante por até 180 dias (concessão inicial e prorrogação), o que também contribuiu para estipulação aceitável de 5%.

Considerando a meta fixada, foi calculado o índice de absenteísmo do GM (incluídas a CJ e a CA), por meio da fórmula acima mencionada, no qual chegou-se ao seguinte resultado: ABS: $[2206 / (208 \times 365) \times 100] = 2,91\%$, o qual conclui-se que está dentro do padrão aceitável.

Embora esse índice seja aceitável, a CGRH promove ações de promoção à saúde para que o índice encontrado seja cada vez minimizado.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Acidentes de Trabalho

No Núcleo Central do Ministério da Justiça, o número de acidentes de trabalho é pequeno, sendo que nos anos de 2010 e 2011, houve 01 (um) e 2 (dois) casos, respectivamente.

Para as unidades do Ministério da Justiça, em que ocorreram os eventos, a CGRH formulou a seguinte fórmula:

AT: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de casos} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$, em que:

$\text{n}^\circ \text{ de casos}$ = quantidade de acidentes de trabalho.
 $\text{n}^\circ \text{ de servidores}$ = quantidade de servidores na Unidade.

Considerando a natureza dos cargos efetivos que compõem o Quadro de Pessoal desta Setorial, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo Central, podemos dizer que o nível de risco no trabalho é pequeno, se tomarmos por referência outros cargos, como os de carreira policial.

Entretanto, como há fatores que não estão ao alcance da governabilidade da Instituição, como, por exemplo, acidente no percurso residência-trabalho e vice-versa. Considera-se aceitável um índice de até 2%, sendo que o ideal seria que não ocorressem casos de acidente de trabalho.

No exercício de 2011, no GM (incluídas a CJ e a CA), não houve nenhum caso de acidente de trabalho.

Doenças Ocupacionais

A análise dos casos de possíveis doenças ocupacionais no Núcleo Central do Ministério da Justiça encontra-se em fase embrionária, em face da complexidade do tema. Dessa forma, o levantamento de possíveis casos de doenças ocupacionais foi realizado observando-se a Classificação Internacional de Doenças - CID que podem ter sido provocadas por fatores relacionados com o ambiente de trabalho.

Considerando, ainda, que o projeto estratégico “Reorganização da Atenção à Saúde do Servidor” encontra-se em andamento, foi estipulado, para o exercício de 2011, que o índice aceitável seria de até 15%, em face da distribuição dos Servidores por faixa etária.

Para se obter o índice de Doenças Ocupacionais é utilizado a seguinte fórmula:

DO: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de servidores com doenças ocupacionais} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$, em que:

$\text{n}^\circ \text{ de servidores com doenças ocupacionais}$ = quantidade de servidores que tiveram doenças classificadas pelo CID como doenças ocupacionais

nº de servidores = quantidade de servidores da Unidade.

Utilizou-se a fórmula acima mencionada, em que: [(23/208) X 100], obtendo-se um índice de doenças ocupacionais para o GM, no exercício de 2011, de 11,1%.

- Rotatividade (turnover)

Para mensurar o índice de rotatividade, a CGRH utiliza a seguinte fórmula:

ROT: $\frac{(\text{ingressos} + \text{egressos})/2 \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$, em que:

ingressos = quantidade de entradas na Unidade.

egressos = quantidade de saídas na Unidade.

nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

A rotatividade é um assunto que sempre desperta preocupação na organização, pois quando o índice é alto, possivelmente há reflexo na produtividade do trabalho. Todavia, caso isso ocorra, a instituição deve detectar as possíveis causas determinantes que impactam na mensuração deste indicador.

No caso do Ministério da Justiça, na mensuração do índice de rotatividade, devem ser considerados os seguintes aspectos:

a) Os cargos de Direção e Assessoramento e Assessoramento Superior - DAS, são de livre provimento, podendo haver, sempre que houver interesse público, a nomeação e exoneração dos seus ocupantes, a qualquer tempo, o que contribui para elevação do índice;

b) Os cargos efetivos do Ministério estão inseridos no Plano Geral do Poder Executivo - PGPE, que é um dos Planos de Cargos com os menores salários na Administração Pública. Com isso, os servidores buscam constantemente outros cargos públicos, com melhores remunerações, inclusive no próprio Poder Executivo. Para se ter uma noção desse impacto, no último concurso público (cujos provimentos iniciaram a partir de janeiro de 2010), 569 servidores foram empossados. Desses, até 31/12/2011, 102 servidores (18,0%) pediram desligamento, sendo que a maioria por posse em outro cargo inacumulável.

c) Formação *versus* atribuições do cargo efetivo: As vagas do cargo efetivo de Analista Técnico-Administrativo provido no último concurso público foram de ampla concorrência, observado o quantitativo definido no Edital, exigindo-se tão somente a formação em nível superior, independentemente do curso. Todavia, no momento de alocação desses candidatos empossados, muitos encontram dificuldade de adaptações, em face do conhecimento adquirido frente à atividade ou missão da respectiva área.

Para se ter uma noção, dos 409 empossados até 31/12/2011, naquele cargo efetivo, somente 70,0% continuam em exercício na primeira Unidade de lotação. Acresce-se, ainda, que 22,0% dos candidatos que tomaram posse no referido cargo, não tem formação compatível com as atividades desenvolvidas neste Órgão, como por exemplo: Engenharia Agrônoma, Medicina Veterinária, Biomedicina, Farmácia, Zootecnia, dentre outras, o que exige de ambas as partes -

servidor e Administração - um grau de oferecimento, de treinamentos, aperfeiçoamentos e outros, capazes de motivar a força de trabalho a permanecer nas áreas.

Assim, embora o ideal seja um índice de rotatividade de até 10 %, uma vez que o ingresso de pessoas também traz benefícios para a organização, oxigenando o ambiente de trabalho, com a introdução de novos conhecimentos e habilidades, há aspectos que fogem à governabilidade da instituição.

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $\{(83+105)/2\}/208 \times 100$, obtém-se um índice de rotatividade de 45,4%.

- Educação Continuada

O Ministério da Justiça conta com dois programas de Educação Continuada:

a) Bolsa Universitária: no qual custeia até 50% da mensalidade do curso de graduação para os servidores do Quadro Efetivo do Ministério.

b) Bolsa Integral de Pós-Graduação / Mestrado / Doutorado / Pós-Doutorado: No qual custeia integralmente o curso, desde que seja em tema que guarde correlação entre as atividades exercidas pelo servidor e a grade curricular do curso.

O índice ideal seria aquele em que até 5% da força de trabalho estivesse cursando graduação e/ou pós-graduação, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

Entretanto, existem alguns aspectos que interferem no alcance destes índices:

- a) Parte (69,0%) dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal já tem graduação;
- b) 60,4% dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça estão em estágio probatório e conseqüentemente impedidos de receber esses incentivos. Entretanto, a partir de janeiro de 2013, parte já poderá pleitear os benefícios.
- c) No caso da bolsa universitária, o custeio é parcial devendo o servidor custear a outra parte.

Para medir esse índice, a CGRH utiliza a seguinte fórmula:

ED. CONT. = $\frac{\text{n}^\circ \text{ de Bolsas Universitárias} + \text{n}^\circ \text{ Bolsas de Pós-Graduação}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$, em que:

nº de Bolsas Universitárias = quantidade de Bolsas Universitárias.

nº de Bolsas de Pós-Graduação = quantidade de Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutorado / Pós-Doutorado.

nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

No caso do GM (incluídas a CJ e a CA), 1 (um) servidor está recebendo Bolsa Universitária, ou seja, utilizando-se a fórmula supra, temos: $[(1/208) \times 100]$, obtém-se um índice de educação continuada de 0,5%.

- Disciplina

De acordo com as normas legais, para aqueles servidores que não cumprem seus deveres funcionais, poderão ser aplicadas penalidades disciplinares de advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras.

A questão envolve conduta do profissional, o e ideal é que não haja registro de casos.

Para medir esse índice, a CGRH utiliza a seguinte fórmula:

DISC: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de penalidades}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$, sendo:

n° de penalidades = quantidade de penalidades disciplinares (advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras).

n° de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

No exercício de 2011, nenhum servidor do GM (incluídas a CJ e a CA) sofreu penalidade administrativa disciplinar.

- Aposentadoria versus reposição do quadro

No exercício de 2011, não houve provimento de cargo efetivo para a reposição do quadro efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça em virtude de aposentadorias de servidores, dentre outros tipos de vacâncias.

O concurso público realizado no ano de 2009, cujos provimentos iniciaram a partir do exercício de 2010, teve por objetivo substituir 500 postos de trabalhos terceirizados no MJ que executavam atividades não previstas no Decreto n° 2.271/97, consideradas impróprias.

6. TRANSFERÊNCIAS

Instrumentos de transferências a cargo da Comissão de Anistia e executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística, da Secretária Executiva do Ministério da Justiça.

6.1) Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Comissão de Anistia - Ministério da Justiça									
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200005 / 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	748654/10	Inst. Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS	580.479,98	16.000,00		564.479,98	29/10/2010	30/04/2012	I
1	748384/10	Inst. Comunicação, Estudos e Consultoria - PRIMEIRO PLANO	450.000,00	9.000,00		441.000,00	10/12/2010	30/04/2012	I
1	748748/10	Instituto Via BR	284.609,39	5.692,40		278.916,99	05/12/2010	05/12/2011	I
1	751138/10	Movimento Tortura Nunca Mais - MTNM/PE	150.000,00	3.000,00		147.000,00	20/12/2010	20/06/2011	I
1	751687/10	Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação - ALICE	110.000,00	5.000,00		105.000,00	20/12/2010	29/02/2012	I
1	749511/10	Assoc. de Pesquisadores sem Fronteira -PSF	250.000,00	5.000,00		245.000,00	20/12/2010	30/05/2012	I
3	750010/10	Soc. DHPAZ - Direitos Humanos para a PAZ	149.904,00	3.200,00		146.704,00	21/12/2010	21/11/2011	I
1	752779/10	Acesso - Cidadania e Direitos Humanos	134.179,60	4.179,60		130.000,00	01/03/2010	30/03/2012	I
1	752802/10	Instituto Frei Tito de Alencar	405.192,00	8.400,00		396.792,00	29/12/2010	29/12/2011	I
3	757323/11	Assoc. Amigos do Arquivo de SP	414.120,00	5.753,56	408.366,44	408.366,44	21/12/2011	21/12/2012	I
1	756130/11	Fundação Getúlio Vargas	152.937,48	16.606,66	136.330,82	136.330,82	21/12/2011	21/12/2012	I
1	756131/11	Assoc. Pesquisadores sem Fronteiras	146.250,00	2.000,00	144.250,00	144.250,00	21/12/2011	21/12/2012	I
1	756132/11	Fundação Mauricio Grabois	217.051,50	2.170,52	214.880,98	214.880,98	21/12/2011	21/12/2012	I
3	757324/11	Soc. Amigos da Cinemateca - SAC	581.000,00	104.150,00	476.850,00	476.850,00	21/12/2011	21/12/2012	I
1	756133/11	Centro de Assess. Multiprofissional	146.062,33	2.824,66	143.237,67	143.237,67	21/12/2011	21/12/2012	I
1	756122/11	Centro de Referencia da Juventude	400.101,80	4.001,02	396.100,78	396.100,78	21/12/2011	21/12/2012	I

1	756134/11	Inst.Gestão e Tecnologia - IGT	510.000,00	5.100,00	504.900,00	504.900,00	21/12/2011	21/12/2012	1
1	759264/11	Assoc. Pinacoteca Arte e Cultura	256.548,00	27.828,00	228.720,00	228.720,00	21/12/2011	21/12/2012	1
1	756135/11	Assoc. Pesquisadores Sem Fronteira	250.000,00	2.500,00	247.500,00	247.500,00	21/12/2011	21/12/2012	1
1	756136/11	Instituto Macuco	473.620,00	4.750,00	468.870,00	468.870,00	21/12/2011	21/12/2012	1
1	756137/11	Arquivistas sem Fronteiras do Brasil	198.195,24	1.981,95	196.213,29	196.213,29	21/12/2011	21/12/2012	1
1	756166/11	Casa da Gávea	388.244,64	5.000,00	383.244,64	383.244,64	21/12/2011	21/12/2012	1
1	756165/11	Assoc. dos Anist.Cidadania e DH do Goiás	134.200,00	2.000,00	132.200,00	132.200,00	21/12/2011	21/12/2012	1
1	756164/11	Movimento Tortura Nunca Mais	150.000,00	1.500,00	148.500,00	148.500,00	21/12/2011	21/12/2012	1
1	759394/11	Inst.Pauline Reichstul de Educação	288.217,87	4.627,50	283.590,37	283.590,37	21/12/2011	21/12/2012	1
1	759262/11	Instituto Frei Tito de Alencar	435.407,07	5.114,07	430.293,00	430.293,00	21/12/2011	21/12/2012	1
1	759261/11	Instituto Macuco	239.360,00	2.400,00	236.960,00	236.960,00	21/12/2011	21/12/2012	1
1	758726/11	Mudança de Cena	509.998,63	6.000,00	503.998,63	503.998,63	21/12/2011	21/12/2012	1
3	759269/11	Instituto Cultura em Movimento	476.920,55	4.769,21	472.151,34	472.151,34	21/12/2011	21/12/2012	1
1	759260/11	Intercâmbio, Inf., Estudos e Pesquisas	169.402,00	2.500,00	166.902,00	166.902,00	21/12/2011	21/12/2012	1
4	BRA 08/021	Programa das Nações Unidas	6.959.400,00	0,00	1.118.016,27	5.607.884,27	01/10/2008	31/12/2014	1
4	01/2009	Universidade Federal de Minas Gerais	22.166.496,19	0,00	3.317.948,44	7.713.712,00	16/06/2009	08/10/2013	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI – Comissão de Anistia

Instrumentos de transferências a cargo da Comissão de Anistia e executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística, da Secretária Executiva do Ministério da Justiça.

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>						
<i>Nome: Ministério da Justiça</i>						
<i>CNPJ: 00.394.494/0001-36</i>						
<i>UG/GESTÃO: 200005 / 00001</i>						
<i>Modalidade</i>	<i>Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício</i>			<i>Valores repassados em cada exercício, independente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)</i>		
	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>
<i>Convênio</i>	18	7		4.966.692,18	1.743.708,99	
<i>Contrato de Repasse</i>						
<i>Termo de Parceria</i>	3	2		1.357.367,78	711.183,98	
<i>Termo de Cooperação</i>		2		4.435.964,71	4.808.858,02	1.226.773,54
<i>Termo de Compromisso</i>						
<i>Totais</i>	21	11		9.402.656,89	6.552.567,01	1.226.773,54

Fonte: SIAFI, Comissão de Anistia.

Instrumentos de transferências a cargo da Comissão de Anistia e executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística, da Secretária Executiva do Ministério da Justiça.

6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>					
<i>Nome: Ministério da Justiça</i>					
<i>CNPJ: 00.394.494/0001-36</i>				<i>UG/GESTÃO: 200.005 / 00001</i>	
<i>Modalidade</i>	<i>Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes</i>	<i>Valores (R\$ 1,00)</i>			<i>% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011</i>
		<i>Contratados</i>	<i>Repassados até 2011</i>	<i>Previstos para 2012</i>	
<i>Convênio</i>	22	5.887.692,18	5.887.692,18	0,00	100%
<i>Contrato de Repasse</i>					
<i>Termo de Parceria</i>	4	1.921.847,76	1.921.847,76	0,00	100%
<i>Termo de Cooperação</i>					
<i>Termo de Compromisso</i>					
<i>Totais</i>	26	7.809.539,94	7.809.539,94		100%

Fonte: SIAFI, Comissão de Anistia.

Instrumentos de transferências a cargo da Comissão de Anistia e executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística, da Secretária Executiva do Ministério da Justiça.

6.2) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.

Dentre os instrumentos de repasse firmados pela Comissão de Anistia durante os últimos três anos, dois deles já tiveram o projeto finalizado e as contas foram prestadas dentro do prazo estabelecido, que se encontram em análise.

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA					
CNPJ: 00.394.494/0001-36			UG/GESTÃO: 200005 / 00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	R\$ 105.000,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Convênio: 751138/2010 – SICONV – Comissão de Anistia
 Instrumentos de transferências a cargo da Comissão de Anistia e executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística, da Secretária Executiva do Ministério da Justiça.

6.2.1) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA					
CNPJ: 00.394.494/0001-36		UG/GESTÃO: 200005 / 00001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			01	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	01	-
Montante repassado (R\$)		R\$ 105.000,00	-		
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: CONVÊNIO: 751138/2010 – SICONV, Comissão de Anistia.

Instrumentos de transferências a cargo da Comissão de Anistia e executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística, da Secretária Executiva do Ministério da Justiça.

6.3) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente

Não há casos de inadimplência.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto

93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere

-Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos.

Em 2010 a Comissão de Anistia efetuou a transferência de R\$ 2.360.813,00 para 07 convênios, 02 termos de parceria e 03 termos de cooperação. Houve ainda um complemento de recurso a um convênio no valor de R\$ 94.080,00.

Em 2011 essa transferência aumentou para R\$ 6.324.060,00 sendo firmados 18 novos convênios e 03 novos termos de parcerias.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011

Capacitação dos servidores do setor.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares

A Comissão de Anistia teve apenas uma prestação de contas vencida e recebida em 2011, que ainda se encontra sob análise técnica da equipe responsável. Preliminarmente não foi observada nenhuma irregularidade.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto

Quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados e os materiais disponibilizados, consideramos satisfatórios.

Já no tocante aos recursos humanos, consideramos insuficientes e com necessidade de capacitação permanente.

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

Há por parte da Comissão de Anistia um plano de fiscalização dos recursos aplicados em convênios, termos de parcerias e termos de cooperação. Para tanto, foram nomeados dois servidores que trabalham diretamente com instrumentos de repasse, para atuarem no acompanhamento e fiscalização dos projetos.

A fiscalização in loco já está inserida neste planejamento.

- Outras questões relevantes

Não há questões relevantes a relatar.

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO	
<p>Eu, Rosane Cavalheiro Cruz, CPF nº 402.501.211-15, Coordenadora de Projetos e Parcerias (Analista Técnico Administrativo) exercido na Comissão de Anistia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>	
<p>Brasília, 14 de março de 2012.</p> <p>Paulo Abrão Pires Júnior (CPF) Presidente da Comissão de Anistia</p>	

8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade		
		Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	1	1
	Entregaram a DBR	1	1	1
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	53	54	80
	Entregaram a DBR	53	54	80
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: *Controle Interno - CGRH*

8.2) Análise Crítica

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR

No primeiro momento, ou seja, no início do exercício do cargo em comissão ou função, o empossado é informado acerca da necessidade de preenchimento do formulário de Declaração de Bens e Rendas, sendo permitido fornecer o termo de autorização de acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Caso o empossado se recuse a uma das alternativas apresentadas supra é informado da impossibilidade de ser investido no cargo ou função, em face do contido nas Leis nº 8.112/90 e 8.730/93.

Já no segundo momento, ou seja, no final do exercício do cargo ou função, em razão dos atos (exoneração ou dispensa) publicados em Diário Oficial da União, não impulsionados especificamente pela CGRH/MJ, em que algumas situações se operam com retroatividade, o ex-ocupante é notificado para que proceda à regularidade exigida por lei e normativos decorrentes.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR

No âmbito da Sede do Ministério da Justiça, a Unidade responsável pelo recebimento das Declarações de Bens e Rendas, por força da competência regimental, é a Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento

Não há sistema informatizado específico para esse fim. Todavia, a Unidade mantém controle de quem está quite ou não com a obrigação de apresentar a Declaração de Bens e Rendas, bem como o tipo de documento apresentado (Declaração em papel ou Autorização de Acesso, por meio eletrônico, às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil).

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá

No Governo Federal, considerando a política de modernização dos processos de trabalho na área de gestão de pessoas, com a eliminação do excesso de papéis constantes dos arquivos funcionais dos órgãos e entidades e aumento da segurança da informação, foi editada a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e da Transparência, resolvendo que todo agente público, como forma de atender o disposto nas Leis nº 8.429/92 e 8.730/93, deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil ou apresentar

anualmente, em papel, Declarações de Bens e Rendas que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

No caso da Sede deste Ministério, a grande maioria dos servidores entregou o formulário de acesso, que na forma do normativo supra citado, não há necessidade de renovação anual da autorização, o que contribuiu muito para a desburocratização do processo de apresentação da Declaração de Bens e Rendas.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério não realiza acesso à base da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, nem analisa as Declarações de Bens e Rendas, em papel, recebidas, em obediência ao disposto no art. 5º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, considerando que as informações apresentadas ou constantes na base da SRF serão acessadas somente pelos servidores dos órgãos de controle interno e externo para fins de análise da evolução patrimonial do agente público.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações

Visando preservar o sigilo fiscal das informações recebidas, as Declarações de Bens e Rendas, em papel, são colocadas, individualmente, em envelope e posteriormente lacradas e guardados em local com acesso restrito. Já os formulários de autorizações de acesso são guardados em pastas, que também são arquivadas nesse local.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Ambiente de Controle</i>					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>					X
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>			X		
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>				X	
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>					X
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>				X	
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>				X	
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i>					X
<i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>				X	

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: não há considerações a serem feitas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					

<i>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</i>
<i>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</i>
<i>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</i>
<i>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</i>
<i>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</i>

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As ações de sustentabilidade ambiental no âmbito do Ministério da Justiça estão sob a responsabilidade da Secretaria Executiva e constarão no relatório daquela Unidade.

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A gestão do patrimônio imobiliário no âmbito do Ministério da Justiça está sob a responsabilidade da Secretaria Executiva e constará do relatório daquela Unidade.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão de tecnologia da informação no âmbito do Ministério da Justiça está sob a responsabilidade da Secretaria Executiva e constará do relatório daquela Unidade.

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	199				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		

9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.						X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.						X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI						
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Bens 22,5% Serviços 92%					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.						X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>No item 12, quanto ao nível médio estimado de serviços terceirizados presentes na UJ , a terceirização foi calculada em relação ao percentual do número total de colaboradores presentes na UJ (Terceirizados + Servidores Públicos). Ressalta-se que os 8% restantes de serviços são atribuídos às atividades realizadas por servidores públicos lotadas na CGTI. Tais ações são voltadas para o Planejamento, Gestão e Controle das atividades, buscando alcançar as metas e objetivos internos e estratégicos relacionados à TI, voltados para a UJ e ao Ministério da Justiça.</p> <p>Para conhecimento, informa-se que, quanto ao percentual total de bens, os relacionados a serviços de impressão, totalizaram até 31 de dezembro de 2011, um total aproximado de 45% dos bens instalados no parque MJ.</p> <p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>						

Fonte: CGTI/SPOA/SE/MJ

13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1) Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG : 200001		Limite de Utilização da UG: R\$ 10.000			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Carlos Roberto da Silva	239.774.771-53	800		800	800
Victor Augusto Lodi H. de Bacellar	052.147.147-85	1.600	300	1.300	1.600
Total utilizado pela UG			300	2.100	2.400
Total utilizado pela UJ			300	2.100	2.400

Fonte: DEOF/GM

13.1.2) Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	2	448,59	2	1.927,10	2.375,69
2010	1	3.949,87	3	1.594,15	5.544,02
2009	3	1.262,87	5	7.342,09	8.604,96

Fonte: Divisão de Execução Orçamentária e Financeira - DEOF/GM

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<i>Unidade Jurisdicionada</i>					
<i>Denominação completa:</i>					<i>Código SIORG</i>
Comissão de Anistia					74383
<i>Deliberações do TCU</i>					
<i>Deliberações expedidas pelo TCU</i>					
<i>Ordem</i>	<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Tipo</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
1	TC-011.627/2006-4	1192/2011	9.1.1, 9.1.2 e 9.2	DE	11/05/2011
<i>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</i>					<i>Código SIORG</i>
Ministério da Justiça					316
<i>Descrição da Deliberação:</i>					
<p>9.1.1 – proceder ao levantamento das atividades de apoio à Comissão de Anistia/MJ típicas de servidores públicos e que venham sendo exercidas por funcionários terceirizados, as quais deverão ser ordenadas por prioridade para provimento, a fim de que, tão logo viável, seu preenchimento ocorra da maneira mais apropriada possível;</p> <p>9.1.2 – Implementar sistemática clara e passível de verificação, se possível mediante sistema informatizado, que assegure a observância, de forma harmônica, dos critérios de prioridades combinados e da sequencia das datas de protocolo, de modo a garantir a adequada ordem de prioridade na apreciação dos requerimentos de anistia, em estrita conformidade com os normativos vigentes;</p> <p>9.2 – Determinar ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, com base no levantamento determinado no item 9.1.1 supra e caso ainda não tenham agido nesse sentido, atuem conjuntamente com vistas a viabilizar o preenchimento, por intermédio da prévia realização de concursos públicos, dos quantitativos de cargos identificados, em especial quanto àqueles sinalizados como de maior prioridade.</p>					
<i>Providências Adotadas</i>					
<i>Setor responsável pela implementação</i>					<i>Código SIORG</i>
Comissão de Anistia					74383
<i>Síntese da providência adotada:</i>					
Apresentamos vários encaminhamentos de Ofícios solicitando providências apontadas, onde a Comissão de Anistia apresentou um projeto de consultoria externa destinada a sana problemas apontados no Acórdão.					
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>					
As providências encontram-se em tramitação.					
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>					

Fonte: Comissão de Anistia

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Comissão de Anistia					74383
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-023.979/2008-6	3127/2011	9.2.1	DE	09/12/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Justiça					316
Descrição da Deliberação:					
9.2.1 – determinar ao Ministro de Estado de Justiça, com fundamento no art.45, caput, da Lei nº8443/1992, que no prazo de 60 dias, adote as providências necessárias para a revisão do Requerimento de Anistia nº 2002.01.06164, de interesse do Senhor Paulo Roberto Manes, observando, para fins de deferimento da reparação econômica em prestação mensal de que tratam os arts. 5º e 6º da Lei nº 10.559/2002, a graduação máxima de Suboficial integrante do Quadro de Taisfeiros da Aeronáutica autorizada pelo art. 1º da Lei 3953/1961, reproduzido pelo art. 1º da Lei 12.158/2009.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Comissão de Anistia					74383
Síntese da providência adotada:					
Instauramos o processo de revisão conforme Portaria GM/MJ nº 202 de 31/01/2012 considerando o Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
O processo ainda encontra-se em tramitação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte: Comissão de Anistia

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendações do OCI atendidas no referido exercício.

15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Sem ocorrências no período.

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
GABINETE DO MINISTRO – MJ		200001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente à situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES (ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

26.1) Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Termo de Cooperação celebrado pela Comissão de Anistia, com o PNUD, em parceria com o MRE.

Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Cooperação para o Intercâmbio Internacional, Desenvolvimento e Ampliação das Políticas de Justiça de Transição.			BRA 08/021		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000153					
Objetivo da consultoria: Elaboração de proposta para a realização de Mobilização Nacional, na área da Anistia Política e Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/05/2011	30/12/2011	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório do mapeamento dos locais onde ocorreram as maiores atrocidades no período da ditadura para que sejam levadas as Caravanas para essas localidades.			03/06/2011	18.000,00	
2. Documento de proposta de articulação entre os mais diversos parceiros nas localidades, pontos de lutas e movimentos contra a ditadura..			05/08/2011	21.000,00	
3. Relatório de implementação das ações realizadas pela Coordenação do Educativo, junto aos locais marcos da luta pela democracia e do impacto social, durante todo o ano de 2010.			01/12/2011	21.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daniela Frantz				CPF: 971.771.560-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato					

Fonte: Comissão de Anistia

Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Cooperação para o Intercâmbio Internacional, Desenvolvimento e Ampliação das	BRA 08/021

Políticas de Justiça de Transição.					
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2011/000151					
Objetivo da consultoria: Elaboração de proposta para a realização de Mobilização Nacional, na área da Anistia Política e Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/05/2011	30/12/2011	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório da pesquisa de possível material a ser incluído na Revista Anistia Política e Justiça de Transição e demais publicações da Comissão de Anistia relacionadas á justiça de transição.			03/06/2011	18.000,00	
2. Documento do projeto para implementação de ações de cooperação internacional em justiça de transição pela Comissão de Anistia no período 2012-2013.			05/08/2011	21.000,00	
3. Documento de proposta de concepção e organização de seminário no exterior sobre democracia e justiça de transição.			01/12/2011	21.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Roberto Flores dos Reis				CPF: 375.632.380-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Fonte: Comissão de Anistia

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Cooperação para o Intercâmbio Internacional, Desenvolvimento e Ampliação das Políticas de Justiça de Transição.			BRA 08/021		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2011/000151					
Objetivo da consultoria: <i>Elaboração de proposta para a realização de Mobilização Nacional, na área da Anistia Política e Direitos Humanos.</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/05/2011	30/12/2011	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório da pesquisa de possível material a ser incluído na Revista Anistia Política e Justiça de Transição e demais publicações da Comissão de Anistia relacionadas á justiça de transição.			03/06/2011	18.000,00	
2. Documento do projeto para implementação de ações de cooperação internacional em justiça de transição pela Comissão de Anistia no período 2012-2013.			05/08/2011	21.000,00	
3. Documento de proposta de concepção e organização de seminário no exterior sobre democracia e justiça de transição.			01/12/2011	21.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Paulo César da Silva Goettems				CPF: 384.597.870-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Fonte: Comissão de Anistia

26.2) Análise Crítica

Os trabalhos de consultoria pessoa física e pessoa jurídica desenvolvidos em parceria da Comissão de Anistia com o MRE e o PNUD permitiram a transferência de conhecimentos e capacidades não apenas ao Ministério da Justiça, mas também a outras instituições públicas e sociais, resultando em conjunto expressivo de atividades, publicações e processos.

30. TERMOS DE PARCERIA (PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN Nº 108/10)

Não houve por parte da Unidade Jurisdicionada Gabinete do Ministro a celebração de Termos de Parceria no exercício de 2011.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ

A preservação do direito de amplo conhecimento da sociedade, através das campanhas publicitárias, de programas do Ministério e a disseminação de informações dos assuntos de interesse público, com a divulgação dos direitos dos cidadãos e veiculação das campanhas: Desarmamento 2011, Combate a Cartéis, 13ª Semana Nacional sobre Drogas, Classificação Indicativa e Combate à Pirataria.

No que se concerne à Comissão de Anistia cabe destacar:

- A realização de 32 sessões de julgamentos, com a aprovação de 724 requerimentos, dos 822 apreciados;
- A implementação do Memorial da Anistia Política;
- A realização de 7 Caravanas da Anistia, 2 anistia culturais
- Execução do Projeto de Cooperação Técnica BRA/08/021 – “Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil”, com as seguintes atividades: Reuniões dos projetos Marcas da Memória, Caminhos da Memória e Pontos de Memória Política, Publicação e lançamento da Revista Anistia Política e Justiça de Transição nº 04, Participação na instalação do III Tribunal Internacional para La Aplicación de la Justicia Restaurativa em El Salvador, Seminário Luso-Brasileiro sobre Repressão e Memória Política, IV Reunião de Grupo de estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição, IV Reunião de Grupo de estudos sobre Internacionalização do Direito Justiça de Transição e Realização da Semana da Anistia.
- Execução de eventos no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional PRODOC BRA 08/021: 1ª. Reunião do Observatório Latino Americano de Justiça de Transição – ICTJ, Semana Memória e Justiça, Seminário Internacional “Justiça de Transição – Reparação e Verdade: uma perspectiva comparada Brasil-Espanha”, Congresso Internacional História, Memória e Justiça – PUC/RS, 2ª. Reunião do Observatório Latino Americano de Justiça de Transição – ICTJ, II Seminário Latino-Americano de Justiça de Transição Repressão e Memória Política no Contexto do CONE SUL, Visita aos locais de memória chilenos – Membros do Comitê Curador do Memorial, a exposição “Anistia e Democracia – Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” e o lançamento da pedra fundamental do Monumento da Memória, Oitiva História Oral e o Colóquio – Direito à Verdade e Justiça de Transição nos países do Cone Sul.

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las

Cabe relatar as mudanças na estrutura funcional do MJ, como todo, com o gradual encerramento dos contratos de trabalho do terceirizados impróprios e a sua substituição por servidores concursados, o que não foi feita de forma proporcional (um servidor para cada prestador

cujo contrato foi extinto), que exigiu das unidades o replanejamento de suas atividades e metas.

Por outro lado, visando minimizar os efeitos dessa redução de pessoal priorizou-se a reorganização das Divisões do Gabinete, revendo seus processos de trabalho e adotando processos mais céleres, eficientes e confiáveis.

Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício

ANEXOS

I - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Sem informações relevantes a relatar.

II - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não se aplica a Unidade.

III - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

EMPRESA: DM9DDB Publicidade Ltda

CONTRATO: 129/2005

VIGÊNCIA: 01/12/2010 a 30/11/2011

VALOR GLOBAL EMPENHADO EM 2011: R\$ 10.0000.000

Despesas decorrentes correram por conta do Gabinete do Ministro

Programa: 03.131.098.4641.0001

Natureza: 339039

Fonte: 0100000000

PI: 102SP

CLASSIFICAÇÃO DAS CAMPANHAS 2011: Campanhas de Publicidade de Utilidade Pública

RESULTADOS:

As campanhas de utilidade pública prevêm informar, orientar, prevenir ou alertar a população para que adote um comportamento específico, visando benefícios sociais.

Em 2011 o MJ apresentou as seguintes campanhas publicitárias: Desarmamento 2011, Combate a Cartéis, 13ª Semana Nacional sobre Drogas, Classificação Indicativa e Combate a Pirataria.

Os resultados alcançados são basicamente a divulgação de informações de assuntos de interesse público de responsabilidade do MJ, fazendo com que a sociedade assuma um papel de destaque na luta por seus direitos e a consolidação de seus deveres.

IV - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não ocorreu no período.

V - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

<i>Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação</i>	<i>Programa</i>		<i>Ação</i>	
	<i>Número</i>	<i>Título</i>	<i>Número</i>	<i>Título</i>
<i>Assessoria de Comunicação Social – GM</i>	<i>0698</i>	<i>Gestão e Apoio Inst. na Área de Justiça</i>	<i>4641</i>	<i>Publicidade de Utilidade Pública</i>
<i>Comissão de Anistia</i>	<i>0698</i>	<i>Gestão e Apoio Inst. na Área de Justiça</i>	<i>4641</i>	<i>Publicidade de Utilidade Pública</i>
<i>Comentários do responsável:</i>				
<i>Notas:</i>				
<ol style="list-style-type: none"> <i>1. Devem ser incluídos todos os programas e ações de responsabilidade da unidade, estabelecidos no PPA;</i> <i>2. A unidade deve se posicionar, no campo “Comentários do responsável” sobre a consistência dos dados dos Programas no SIGPLAN: Previsão física e financeira inicial, corrigida e realizada, % de execução, comentários gerais e demais informações requeridas no sistema.</i> 				

VI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não houve ocorrências no período.

VII - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não se aplica à natureza da UJ, informação constará do relatório da UJ Secretaria Executiva.

VIII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não se aplica à natureza da UJ, informação constará do relatório da UNIDADE Secretaria Executiva.